

Parque Eólico Serra Das Almas II S.A.

Demonstrações financeiras
em
31 de dezembro de 2023 e
2022
e relatório do auditor
independente



Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	11



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Parque Eólico Serra das Almas II S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Parque Eólico Serra das Almas II S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, cujas cifras estão apresentadas para fins comparativos, e, conseqüentemente, não emitimos opinião sobre elas.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Parque Eólico Serra das Almas II S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de junho de 2024



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Patricio Marques Roche
Contador CRC 1RJ081115/O-4

Parque Eólico Serra Das Almas II S.A.

Balço patrimonial
Em 31 de dezembro
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



		2023	2022 (Não auditado)
Ativos	Nota		
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	70.685
Títulos e valores mobiliários	5	1.199.134	-
Tributos a recuperar		22.951	455
Despesas antecipadas		493.478	-
Instrumentos financeiros derivativos	10	-	7.006.694
		1.715.563	7.077.834
Não circulante			
Imobilizado	6	65.500.994	7.051.090
Intangíveis	7	9.268.219	9.268.219
Outros ativos		2.293	-
		74.771.506	16.319.309
Total do ativo		76.487.069	23.397.143
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Contas a pagar	9	1.887.305	303.317
Tributos a recolher	8	115.485	3.356
Contas a pagar a partes relacionadas	15.1	3.121.923	956.039
Impostos a recolher		18.145	-
Instrumentos financeiros derivativos	10	6.533.353	-
		11.676.211	1.262.712
Não circulante			
Empréstimos com partes relacionadas	15.2	32.219.167	-
		32.219.167	-
Patrimônio líquido			
Capital social	11.1	22.662.237	1.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	11.2	10.300.000	22.161.237
Prejuízos acumulados		(370.546)	(27.806)
Total do patrimônio líquido		32.591.691	22.134.431
Total do passivo e patrimônio líquido		76.487.069	23.397.143

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Parque Eólico Serra Das Almas II S.A.

*Demonstração do resultado do exercício
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



		<u>2023</u>	<u>2022</u> (Não auditado)
	Nota		
Despesas gerais e administrativas	12	(322.630)	(23.206)
Prejuízo operacional		(322.630)	(23.206)
Despesas financeiras	13	(6.822)	-
Receitas financeiras	13	4.857	-
Resultado financeiro		(1.965)	-
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(324.595)	(23.206)
Imposto renda e contribuição social corrente	14	(18.145)	-
Prejuízo do exercício		(342.740)	(23.206)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Parque Eólico Serra Das Almas II S.A.

*Demonstração do resultado abrangente
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



	2023	2022 (Não auditado)
Prejuízo do exercício	(342.740)	(23.206)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(342.740)	(23.206)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Parque Eólico Serra Das Almas II S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro
(em reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2022 (Não auditado)		1.000	20.900	(4.600)	17.300
Adiantamento para futuro aumento de capital	11.2	-	22.140.337	-	22.140.337
Prejuízo do exercício		-	-	(23.206)	(23.206)
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (Não auditado)		1.000	22.161.237	(27.806)	22.134.431
Adiantamento para futuro aumento de capital	11.2	-	10.800.000	-	10.800.000
Aumento de capital	11.1	22.661.237	(22.661.237)	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	(342.740)	(342.740)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		22.662.237	10.300.000	(370.546)	32.591.691

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	2023	2022 (Não auditado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(342.740)	(23.206)
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recurso do caixa:			
Imposto de renda e contribuição social corrente	14	18.145	-
		(324.595)	(23.206)
Variações dos ativos e passivos operacionais			
Despesas antecipadas		(493.478)	-
Tributos a recuperar		(22.496)	(443)
Outros ativos		(2.293)	-
Tributos a recolher	8	112.129	3.214
Contas a pagar	9	(287.486)	301.671
Contas a pagar a partes relacionadas	15.1	2.165.884	956.039
		1.472.260	1.260.481
Caixa gerado pelas operações			
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(777)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		1.147.665	1.236.498
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos na aquisição de imobilizado		(42.497.767)	(14.056.847)
Pagamentos na aquisição de intangível	7	-	(9.268.219)
Aplicações (resgastes) em títulos e valores mobiliários		(1.123.529)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(43.621.296)	(23.325.066)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos obtidos – partes relacionadas	15.2	31.602.946	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	11.2	10.800.000	22.140.337
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		42.402.946	22.140.337
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(70.685)	51.769
Variação do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		70.685	18.916
No final do exercício		-	70.685
		(70.685)	51.769

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Informações suplementares sobre transações que não envolvem caixa

	Not a	2023	2022 (Não auditado)
<u>Resultado financeiro capitalizado:</u>			
Resultado com instrumentos derivativos	10	13.540.047	(7.006.694)
Provisão de juros - partes relacionadas	15.2	616.221	-
Rendimentos de títulos e valores mobiliários		(75.605)	-
<u>Outras transações:</u>			
Subscrição de capital (AFAC)		22.661.237	-
Aquisição de imobilizado	9	1.871.474	287.486

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Parque Eólico Serra das Almas II S.A. (a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, regularmente constituída, regida pelas normas da Lei das Companhias por Ações (Lei nº 6.404/1976). A Companhia tem sede e principal estabelecimento na Fazenda João Dias, localizada na Estrada Vicinal que liga à BA-263, a 10 Km de Urandi, S/N, na Zona Rural do município de Licínio de Almeida, Estado da Bahia. A companhia é controlada pela Serra das Almas F1 Holding S.A., detentora de 100% das ações, sendo a holding controlada pela única acionista EDF EN do Brasil Participações S.A.

A Companhia tem como objeto social desenvolver, implantar e explorar a central geradora de energia elétrica de origem eólica denominada EOL Serra das Almas II, para fins de produção de energia elétrica e atua no ambiente de contratação livre de energia.

A Companhia está atualmente em fase de construção e possui uma previsão de entrada em operação comercial até maio de 2025.

Importante citar ainda que o acionista controlador garante a injeção de capital para manutenção de suas atividades e liquidação de suas obrigações pelo período mínimo de 12 meses, o que culminou, inclusive, também na manutenção de transações de financiamento com partes relacionadas do Grupo.

A Companhia faz parte do Projeto Serra das Almas Fase 1.

1.1 Da autorização para instalação

A Parque Eólico Serra das Almas II S.A. faz parte do Complexo Eólico Serra das Almas Fase 1, localizada no município de Urandi-BA, a central geradora terá 45.000 kW de Potência instalada. A Companhia tem o compromisso de implantar e explorar o sistema de interesse restrito da central geradora, compartilhado pelas Serra das Almas I a VI, constituído de uma subestação coletora de 230/34,5 KV junto à usina, 2x150MVA, e uma linha de transmissão em 230 kV, em circuito duplo, de aproximadamente 22km (vinte e dois quilômetros), de extensão, conectando-a à subestação seccionadora 500/230kV – 1x660MVA SE Serra das Almas I). A SE Serra das Almas I seccionará o circuito 1 da LT 500kV Igarã III – Janaúba 3 sob responsabilidade da Equatorial Transmissora 4 SPE S.A. Abaixo detalhamento do projeto:

Contrato / Leilão	Outorga	Data da publicação	Prazo de autorização	Quantidade de aerogeradores	Capacidade Instalada (MW)
EOL SERRA DAS ALMAS II	REA 8.850	26/05/2020	35 anos	10	4,5

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), as

informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 28 de junho de 2024.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1 ou 2 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na Nota 16.

2.3 Continuidade operacional

A Companhia auferiu prejuízo líquido no montante de R\$ 342.740 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (prejuízo líquido de R\$ 23.206 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022) e, nessa data, o passivo circulante excede o ativo circulante em R\$ 9.960.648 (o ativo circulante excede o passivo circulante em R\$ 5.815.122 em 31 de dezembro de 2022).

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que os prejuízos são esperados uma vez que os parques estão ainda em fase pré-operacional e entende que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.4 Mensuração do valor justo

Pressupõe-se que os saldos de contas a pagar a fornecedores, transações com partes relacionadas e das despesas antecipadas, pelo valor contábil, estejam próximos de seus valores justos.

Os ativos e passivos financeiros mensurados ou divulgados ao valor justo foram classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo, que é apurado mediante informações que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

A classificação da mensuração do valor justo está apresentada na Nota 16.

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.6 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e

pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

2.7 Uso de estimativas e julgamento

Na aplicação das políticas e práticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes.

As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, estão contempladas a seguir:

Estimativa	Nota Explicativa
Valor justo dos instrumentos financeiros	3.1
Determinação da vida útil do ativo imobilizado	3.4
Capitalização de custos no ativo imobilizado	3.4
Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração e de vida útil indefinida	3.6

2.8 Classificação entre circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; e
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes pela Companhia. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os passivos fiscais diferidos são classificados no passivo não circulante.

3 Resumo das políticas contábeis materiais e práticas contábeis

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente no exercício corrente e comparativo apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

(a) Ativos financeiros

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidos na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica os ativos financeiros nas categorias abaixo:

- Ativos financeiros ao custo amortizado; e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

i. Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável (vide nota 3.6). Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem despesas antecipadas e caixas e equivalentes de caixa.

ii. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

iii. Desreconhecimento

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia possui operações com instrumentos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme evidenciado na nota 10.

(b) Passivos financeiros

i. Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar, contas a pagar com partes relacionadas e empréstimos com partes relacionadas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, quando aplicável.

ii. Hedge

Um objeto de hedge pode ser um ativo ou passivo reconhecido, um compromisso firme não reconhecido, uma transação prevista e altamente provável ou um investimento líquido em operação no exterior. A contabilidade de hedge reconhece os efeitos de compensação no resultado das alterações nos valores justos do instrumento de hedge e do item protegido.

iii. Hedges de fluxo de caixa

A Companhia faz uso de derivativos com o objetivo de proteção das suas exposições ao risco da taxa de câmbio, utilizando a contabilização de hedge (hedge accounting). A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício e/ou em contas específicas no patrimônio líquido.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, todos com conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

3.3 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, referem-se a investimentos financeiros que não são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, ainda que possuam opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Os investimentos financeiros referem-se a fundos de investimento e aplicações pós-fixadas e estão atreladas à taxa de Certificados de Depósito Interbancário (CDI). As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

3.4 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas utilizadas estão de acordo com a política interna global do grupo, que na avaliação da Administração melhor representa a vida útil dos bens. A Administração avalia ainda, os prazos de autorização dos parques em face das taxas contidas na política, aplicadas ao restante da vida útil dos ativos imobilizados, no intuito de assegurar que os prazos de concessão dos parques eólicos não sejam inferiores à vida útil remanescente dos equipamentos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes

serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. A depreciação do ativo imobilizado não ultrapassa o período de autorização dos parques.

O valor recuperável do ativo imobilizado é testado sempre que eventos ou mudanças indiquem que o valor contábil pode não ser recuperado.

A Companhia se encontra em período de construção, e a depreciação de seus imobilizados está atrelada a entrada em operação comercial. Neste período de construção os custos inerentes ao processo de construção dos projetos são capitalizados em seu imobilizado quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros e quando tais custos possam ser mensurados com confiança. Os custos que não são elegíveis para capitalização foram reconhecidos como despesa no exercício, conforme incorridos.

3.5 Ativo intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos. A amortização é reconhecida no resultado. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

(a) Gastos com projetos eólicos

Os gastos com desenvolvimentos de projetos eólicos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

Os gastos com projetos eólicos compreendem as licenças ambientais, de instalações, outorgas, contratos de fundiários dentre outras autorizações e gastos pertinentes aos projetos eólicos. Tais gastos são transferidos para o imobilizado quando a entrada em operação do parque e início de amortização.

3.6 Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)

(a) Ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A abordagem utilizada pela Companhia para cálculo da perda de crédito esperada é a simplificada. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não identificou perdas relacionadas a ativos financeiros.

(b) Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

A Companhia não identificou indicadores de redução ao valor recuperável de seus ativos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2023.

3.7 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva ao longo prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

A Companhia optou por apresentar os juros de empréstimos como atividade de financiamento nos seus fluxos de caixa, conforme permitido pelo CPC 03 (R2).

3.8 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.9 Contas a pagar

O contas a pagar é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação contratual formalizada, como resultado de um evento passado, confiavelmente estimada e com desembolso de caixa provável. Encontram-se atualizados, quando pertinente, às taxas de câmbio e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço.

3.10 Resultado financeiro

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado a partir do momento que as SPEs entram em operação comercial.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, resultado com instrumentos financeiros derivativos, variações cambiais, e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos a partir do momento que as SPEs entram em operação comercial.

Durante o período de construção dos parques, o resultado financeiro elegível à capitalização é capitalizado e integrado ao imobilizado do projeto.

3.11 Tributos

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras.

A Companhia está sujeita ao regime do lucro presumido (regime de caixa) de apuração dos tributos sobre o resultado.

(a) Lucro presumido

A Companhia é classificada no lucro presumido e tem a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a receita bruta, sendo 8% para IRPJ e 12% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60 no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%.

3.12 Questões climáticas

A Companhia considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos no grupo devido a riscos tanto físicos quanto de transição. Questões climáticas aumentam a incerteza nas estimativas e pressupostos subjacentes a vários itens nas demonstrações financeiras.

Mesmo que os riscos relacionados às mudanças climáticas atualmente possam não ter um impacto significativo na mensuração, a Companhia está monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas. Os itens e considerações mais diretamente afetados pelas questões climáticas são:

- Vida útil de propriedade, planta e equipamento: Ao revisar os valores residuais e as vidas úteis esperadas dos ativos, a Companhia considera questões climáticas, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas que podem restringir o uso de ativos ou exigir despesas de capital significativas.
- Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: O valor em uso pode ser afetado de várias maneiras diferentes pelo risco de transição, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas e mudanças na demanda. Mesmo que a Companhia tenha concluído que nenhuma premissa relacionada às mudanças climáticas seja uma premissa-chave para o teste de *impairment* de 2023, a Companhia considerou expectativas de aumento nos custos de emissões, aumento na demanda por energia vendida pela unidade geradora de caixa e aumento de custos devido a requisitos mais rígidos de reciclagem nas projeções de fluxo de caixa ao avaliar os valores em uso.

3.13 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

(a) Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e aplicáveis

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o International Accounting Standards Board (IASB) e, conseqüentemente, o Comitê de Pronunciamentos

Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões as normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

<u>Norma ou interpretação</u>	<u>Descrição da alteração</u>	<u>Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após</u>
Alterações CPC 32 (IAS 12)	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	01/01/2023
Alterações CPC 23 (IAS 8)	Definição de estimativa contábil	01/01/2023
Alterações CPC 26 (IAS 1)	Divulgação de políticas contábeis materiais	01/01/2023
Alterações CPC 50 (IFRS 17)	Substituição ao IFRS 4 Contratos de Seguro	01/01/2023

i. IFRS 17 - Contratos de Seguro

O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11).

ii. Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

iii. Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis.

iv. Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

v. Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre *Base Erosion and profit shifting* – BEPS.

A Companhia não identificou impactos materiais nas suas demonstrações financeiras quanto às aplicações das alterações normativas detalhadas acima.

(b) Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não aplicou as normas e interpretações novas e revisadas que foram emitidas, mas ainda não tem sua adoção mandatária:

<u>Norma ou interpretação</u>	<u>Descrição</u>	<u>Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após</u>
Alterações CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1)	Efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade	01/01/2024
Alterações CPC 26 (R1)	Especificação os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante e exigência de divulgação do direito da entidade de adiar a liquidação de um contrato de empréstimo de longo prazo que possui <i>covenants</i> futuros dentro de 12 meses atrelados a esse direito.	01/01/2024
Alterações CPC 06 (R2)	Especificação dos requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta.	01/01/2024
IFRS 18	Substituição ao IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras e orientação quanto às divulgações da demonstração de resultado do exercício e indicadores de desempenho econômico. Ainda não há uma equivalência à norma em BRGAAP.	01/01/2027

Não é esperado pela Administração em sua análise preliminar que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2023</u>	<u>2022</u> (Não auditado)
Bancos	-	70.685
Total	-	70.685

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na Nota 16.

5 Títulos e valores mobiliários

	<u>2023</u>	<u>2022</u> (Não auditado)
Títulos e valores mobiliários	1.199.134	-
	<u>1.199.134</u>	<u>-</u>

Referem-se substancialmente a cotas de fundos de investimento, títulos CDB renda fixa e Contas garantias, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média em 2023 de 100% sobre o DI CETIP ("CDI") rentabilidade do FIC Soberano DI Santander.

6 Imobilizado

	2023			Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 31/12/2022 (Não auditado)	Adição	Transferência	
Adiantamento para aquisição de ativos	12.053.353	332.291	(1.036.306)	11.349.338
Instalações em construção	2.004.774	44.036.950	1.036.306	47.078.030
Capitalização do resultado financeiro (i)	(7.007.037)	14.080.663	-	7.073.626
Total	7.051.090	58.449.904	-	65.500.994
Custo	7.051.090			65.500.994
Imobilizado líquido	7.051.090			65.500.994
	2022			Saldo em 31/12/2022 (Não auditado)
	Saldo em 31/12/2021 (Não auditado)	Adição	Transferência	
Adiantamento para aquisição de ativos	-	12.053.353	-	12.053.353
Instalações em construção	-	2.004.774	-	2.004.774
Capitalização do resultado financeiro (i)	160	(7.007.197)	-	(7.007.037)
Total	160	7.050.930	-	7.051.090
Custo	160			7.051.090
Imobilizado líquido	160			7.051.090

- (i) Referem-se aos custos capitalizados, com base na evidência de benefício econômico futuro, durante a fase de desenvolvimento e construção dos parques eólicos e que são necessários para colocar o ativo no local e em condições necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração. Foram capitalizados despesas e receitas financeiras, tais como despesas de juros, rendimentos sobre o montante captado e resultado de instrumentos derivativos para construção dos ativos.

A Companhia efetuou uma avaliação de indicadores de *impairment* para os seus ativos conforme os indicadores previstos no CPC 01 (R1) e não identificou indícios de desvalorização para os seus ativos.

7 Intangível

	2023		
	Saldo em 31/12/2022 (Não auditado)	Baixa	Saldo em 31/12/2023
Gastos com projetos eólicos (i)	9.268.219	-	9.268.219
Total	9.268.219	-	9.268.219
Custo	9.268.219		9.268.219
Intangível líquido	9.268.219		9.268.219
	2022		
	Saldo em 31/12/2021 (Não auditado)	Adição	Saldo em 31/12/2022 (Não auditado)
Gastos com projetos eólicos (i)	-	9.268.219	9.268.219
Total	-	9.268.219	9.268.219
Custo	-		9.268.219
Intangível líquido	-		9.268.219

Os gastos com projetos eólicos compreendem licenças ambientais, de instalações, outorgas, contratos de fundiários, dentre outras autorizações e outros gastos pertinentes aos projetos eólicos.

8 Tributos a recolher

	2023	2022 (Não auditado)
Tributos retidos na fonte	115.485	3.356
	115.485	3.356

Os impostos e contribuições acima demonstrados foram liquidados no ano subsequente a cada exercício demonstrado acima.

9 Contas a pagar

	2023	2022 (Não auditado)
Serviços prestados	15.831	15.831
Aquisição de imobilizado	1.871.474	287.486
	1.887.305	303.317

10 Instrumentos financeiros derivativos

Em 04 de novembro de 2022 foi assinado o contrato para operações de derivativos entre o Banco BNP Brasil S.A. e a SPE Parque Eólico Serra Das Almas II S.A. (Hedge “NDF”), cujo vencimento da operação está previsto para outubro de 2024.

O objetivo desta captação é a proteção parcial de contrato com fornecedores, indexados à moeda estrangeira “EURO”, valor nocional EUR 9.340.700 e indexado à moeda estrangeira “Dólar”, valor nocional US\$ 7.410.650. Abaixo, apresentamos a movimentação desta operação:

Empresa	Saldo inicial em 31/12/2022 (Não auditado)		Saldo final em 31/12/2023
		Perda	
PARQUE EOLICO SERRA DAS ALMAS II S.A.	7.006.694	(13.540.047)	(6.533.353)

Empresa	Saldo inicial em 31/12/2021 (Não auditado)		Saldo final em 31/12/2022 (Não auditado)
		Ganho	
PARQUE EOLICO SERRA DAS ALMAS II S.A.	-	7.006.694	7.006.694

A Companhia se encontra em período de construção e os custos financeiros relacionados à contratação de Hedge, estão sendo capitalizados até a data da entrada em operação dos projetos, não figurando efeito em seu resultado.

11 Patrimônio líquido

11.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 22.662.237 (R\$ 1.000 em 2022), totalmente subscrito em moeda corrente nacional, e está representado por 22.662.237 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, conforme demonstrado abaixo:

	% Participação	2023	2022 (Não auditado)
Acionistas			
Serra das Almas F1 Holding S.A.	100%	22.662.237	1.000
		22.662.237	1.000

11.2 AFAC

A Companhia tem registrado em seu balanço em dezembro de 2023 um montante de R\$ 10.300.000 a título de AFAC de sua única controladora Serra das Almas F1 Holding S.A. para cumprimento de suas obrigações.

	% Participação	2023	2022 (Não auditado)
Acionistas			
Serra das Almas F1 Holding S.A.	100%	10.300.000	22.161.237
		10.300.000	22.161.237

12 Despesas gerais e administrativas

	2023	2022 (Não auditado)
Despesas administrativas		
Despesas legais	(865)	-
Outras despesas administrativas	(6.721)	-
	(7.586)	-
Impostos e taxas		
Impostos e taxas diversas	(55.501)	-
	(55.501)	-
Despesas com serviços prestados		
Honorários de contadores	(61.602)	(15.339)
Honorários de auditores	(14.523)	-
Honorários de advogados	(183.418)	(7.867)
	(259.543)	(23.206)
Total das despesas gerais e administrativas	(322.630)	(23.206)

13 Resultado financeiro

	2023	2022 (Não auditado)
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	4.857	-
	4.857	-
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(3.918)	-
Despesas com IOF	(67)	-
Juros sobre outras operações (i)	(2.837)	-
	(6.822)	-
Resultado financeiro	(1.965)	-

(i) Juros e multas incorridos em pagamentos realizados em atraso.

14 Imposto de renda e contribuição social

	2023	2022 (Não auditado)
Receita financeira	75.605	-
Base de cálculo	75.605	-
Total do imposto de renda corrente	11.341	-
Total da contribuição social corrente	6.804	-
Encargo fiscal	18.145	-

	2023	2022 (Não auditado)
Despesa com IR e CS correntes	(18.145)	-
	(18.145)	-
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	24,0%	0,0%
	2023	2022 (Não auditado)
<u>Imposto por natureza</u>		
IRPJ e CSLL sobre receitas financeiras	18.145	-
	18.145	-

15 Transações com partes relacionadas

15.1 Contas a pagar

	2023	2022 (Não auditado)
EDF EN do Brasil Participações Ltda. (i)	3.121.923	956.039
	3.121.923	956.039

- (i) Em 2023 era vigente o contrato de compartilhamento de custos entre a EDF EN do Brasil Participações Ltda (“EDF EN Brasil”) referente ao repasse das despesas necessárias para a gestão e administração da usina eólica. As despesas incluídas são as seguintes: serviços diretos e indiretos, despesas administrativas e despesas de deslocamento. Os valores em aberto eram referentes às despesas de rateio da EDF EN Brasil cuja liquidação ocorreu no exercício de 2024.

15.2 Empréstimos a pagar – partes relacionadas

O contrato de empréstimo foi pactuado em R\$ (Reais), e tem seu vencimento padrão para 3 meses após a entrada em operação comercial de cada SPE. Sua atualização (taxa de juros) é realizada com base no valor do IPCA acumulado dos últimos 6 meses.

	2023	2022 (Não auditado)
EDF EN FUNDING	32.219.167	-
	32.219.167	-

Os montantes captados destinam-se à construção do parque eólico.

A movimentação dos empréstimos é apresentada abaixo:

Saldo em 31/12/2022 (Não auditado)	-
(+) Aquisição principal	31.602.946
(+) Juros capitalizados	616.221
Saldo em 31/12/2023	32.219.167

15.3 Remuneração do pessoal chave da Administração

Durante os exercícios de 2023 e 2022 a remuneração da Administração da Companhia foi realizada diretamente pela Controladora do grupo, EDF EN do Brasil Participações Ltda. Assim sendo, não houve remuneração do pessoal chave da Administração nestes períodos.

16 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme categorias abaixo:

	2023	2022 (Não auditado)
Ativos		
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	-	70.685
Despesas antecipadas	493.478	-
 <u>Valor justo por meio do resultado:</u>		
Títulos e valores mobiliários	1.199.134	-
Instrumentos financeiros de hedge (ativo)	-	7.006.694
Instrumentos financeiros de hedge (passivo)	6.533.353	-
 Passivos		
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>		
Contas a pagar	1.887.305	303.317
Contas a pagar a partes relacionadas	3.121.923	956.039
Empréstimos com partes relacionadas	32.219.167	-

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros de hedge - Os valores contábeis de títulos e valores mobiliários informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (Nota 5). Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato é celebrado e são subsequentemente remensurados ao valor justo).
- Caixa e bancos, despesas antecipadas, contas a pagar e contas a pagar partes relacionadas - Decorrem diretamente das operações da Companhia sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações.
- Empréstimos com partes relacionadas - São classificados como outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação, que de acordo com o entendimento da Companhia, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

16.1 Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Na data das demonstrações financeiras estavam assim apresentados:

	2023	2022 (Não auditado)
Ativos		
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	-	70.685
Despesas antecipadas	493.478	-
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>		
Títulos e valores mobiliários	1.199.134	-
Instrumentos financeiros de hedge (ativo)	-	7.006.694

16.2 Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia tem seu passivo substancialmente indexado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e no mercado inflacionário com a correção dada pelo mesmo índice, motivo pelo qual apresentamos análise de sensibilidade da exposição no item (16.5) desta nota.

16.3 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderia estar exposta a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. Na avaliação desse risco, a Companhia efetua continuamente as previsões de seus fluxos de caixa, visando garantir que a Companhia sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações financeiras nos vencimentos contratados.

Os recursos de caixa excedentes às necessidades presentes são investidos em ativos financeiros com liquidez diária, através de instrumentos selecionados que garantam os resgates de acordo com as necessidades programadas da Companhia.

Segue abaixo o detalhamento dos vencimentos contratuais dos passivos financeiros:

	2023		2022 (Não auditado)	
	Até 1 ano	> 1 anos	Até 1 ano	> 1 anos
Contas a pagar	1.887.305	-	303.317	-
Contas a pagar a partes relacionadas	-	3.121.923	-	956.039
Empréstimos com partes relacionadas	-	32.219.167	-	-
Instrumentos financeiros derivativos (hedge)	6.533.353	-	-	-
	8.420.658	35.341.090	303.317	956.039

16.4 Mensuração dos instrumentos financeiros

Os valores justos referentes aos instrumentos financeiros caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e partes relacionadas são aproximados aos seus valores contábeis, em função de serem transações de curto prazo e não sofreriam impactos relevantes oriundos do risco de taxa de juros ou cambial, nos casos aplicáveis.

16.5 Gestão de capital

A Companhia obtém recursos diretamente através de aportes realizados por seus acionistas, destinando-se principalmente ao seu programa de investimentos nos empreendimentos de geração eólica e administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

Análise de sensibilidade

Em virtude da oscilação histórica do real em relação às moedas estrangeiras, das taxas de juros e dos índices de preços, a Companhia preparou análise de sensibilidade sobre seu principal passivo financeiro demonstrando os eventuais impactos no seu resultado ou no seu imobilizado em 2023, com base em premissas por ela adotadas. Foram definidos três cenários diferentes: Com base no IPCA médio para 2024 publicado pelo sistema de expectativas do Banco Central em 30 de dezembro de 2023, cuja valor definido foi de 3,90% a.a., sendo esta definida como cenário provável; a partir desta foram calculadas variações de 25% (possível) e 50% (remoto).

Abaixo, o resultado:

Operação	Saldo em 31/12/2023	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Possível)	Cenário III (Remoto)
Passivos financeiros					
Green Bond SDA II	32.219.167	IPCA	2.056.298	2.570.373	3.084.447

17 Compromissos assumidos

17.1 Compromissos com fornecedores

A Companhia possui contratos assinados para fornecimento de equipamentos para o ano de 2024, celebrados substancialmente em reais, cujos valores estão distribuídos da seguinte forma:

	2024
WTG – Fornecimento de turbinas	150.864.181
Electrical - Serviços de instalação e montagem elétrica	6.958.443
Civil – Serviços de Construção	30.897.471
	188.720.096

18 Seguros

A Companhia mantém apólices de seguro contratado junto a seguradoras do país que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. A Companhia possui a cobertura de seguros conforme descrito abaixo:

Seguro Riscos de Engenharia

Em conformidade com as Condições Gerais para o Seguro de Riscos de Engenharia e Condições Especiais de Obras Cíveis em Construção e/ou Instalação e Montagem e/ou Condições Particulares, que fazem parte integrante e inseparável da Apólice. A importância segurada é de R\$ 2.045.772.044, tendo como vigência o período de 31 de janeiro de 2023 a 29 de novembro de 2025.

Coberturas	Importância segurada
Obras Cíveis em Construção, Instalação e Montagem, Condições Particulares	R\$ 2.045.772.044

Seguro Responsabilidade Civil Geral

Em conformidade com as Condições Gerais para o Seguro de Responsabilidade Civil Geral global, em decorrência de sinistros involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, integrantes dos riscos cobertos pela apólice. A importância segurada é de R\$ 94.179.245 tendo como vigência o período de 30 de junho de 2023 a 30 de junho de 2024.

Coberturas	Importância segurada
Empregador, Companhia concessionária ou não de serviços públicos - energia, responsabilidade civil, cruzada, poluição súbita e acidental	R\$ 94.179.245

* * *